



**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Projeto de Resolução – Distribuição Gratuita de Produtos de Saúde Menstrual

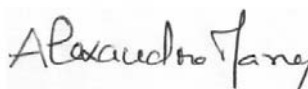
O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, nos termos regimentais aplicáveis, o Projeto de Resolução em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Angra do Heroísmo, 12 de abril de 2022

Projeto de Resolução

Distribuição Gratuita de Produtos de Saúde Menstrual

A Saúde Menstrual é um direito, mas continua também a ser um tabu. Aceder aos produtos de recolha menstrual continua a ser um privilégio, porque não está ao alcance de todas as mulheres.

Em média, as mulheres passam 2.535 dias da sua vida a menstruar. É sabido também que as mulheres são mais vulneráveis à pobreza e exclusão social. A falta de acesso a bens de necessidade básica como os produtos de saúde menstrual contribuem para o aprofundamento dessa exclusão.

O acesso a produtos de saúde menstrual é muitas vezes dificultado pelo preço dos mesmos e também pela vergonha de se falar acerca da menstruação, o que traz consequências psicológicas, sociais e de saúde.

Estas consequências têm vários impactos na vida das mulheres: a nível psicológico, porque é uma situação que afeta dimensões como a autoimagem e autoestima; a nível social, porque pode levar a situações de exclusão, de faltas à escola e ao trabalho, de perda de socialização (segundo a UNICEF, uma em cada dez meninas não frequenta a escola durante a menstruação); e a nível de saúde, porque a impossibilidade de realizar uma correta recolha menstrual potencia o aparecimento de infeções, reações alérgicas, e doenças.

A necessidade que, muitas vezes, as mulheres têm de recorrer a ajuda médica e de recorrer a medicação, com o intuito de combater infeções vaginais, uterinas e urinárias que se podem desenvolver com o uso incorreto ou desadequado dos produtos de saúde menstrual constitui uma despesa significativa adicional que apenas afeta as mulheres.

Em maio de 2020, a organização Plan International revelou que milhões de mulheres em todo o mundo se confrontam com a escassez de produtos de saúde menstrual, com o aumento de preços e com o preconceito em relação à menstruação. E a situação piorou com a pandemia da covid-19.

Cerca de três quartos dos profissionais de saúde em 30 países inquiridos, do Quênia à Austrália, relatam escassez de produtos de saúde menstrual, e 58% queixam-se do custo elevado ou, mesmo, proibitivo.

Em Inglaterra, associações sem fins lucrativos fazem voluntariamente a distribuição dos produtos de saúde menstrual. Segundo os dados de uma dessas associações (a Bloody Good Period), de 500 pacotes de pensos que eram distribuídos mensalmente, passou-se, por efeito da crise pandémica, à distribuição de 7500 pacotes por mês.

No início do ano de 2020, a Escócia tornou-se o primeiro país em todo o mundo a aprovar legislação que garante a distribuição gratuita de produtos de recolha menstrual, com o objetivo de combater a pobreza menstrual. Na Escócia, os tampões e os pensos higiénicos estão disponíveis em locais como centros comunitários, associações juvenis e farmácias, num esforço para combater a pobreza menstrual que afeta e impacta a vida, a saúde e o dia a dia de muitas mulheres.

Já em 2018, a Escócia tinha sido o primeiro país a disponibilizar de forma gratuita produtos de saúde menstrual em escolas e universidades, uma vez que, cerca de 10% das adolescentes não conseguiam comprar produtos menstruais, segundo uma sondagem feita em 2017 pela organização Plan International.

Mais recentemente, também a Nova Zelândia deu um passo no sentido de combater a pobreza menstrual e, desde junho de 2021, todas as escolas da Nova Zelândia começaram a oferecer produtos menstruais às alunas. Esta medida veio na sequência da informação que dava conta de que uma em cada doze jovens neozelandesas faltavam à escola durante a menstruação.

Noutros países, nomeadamente em Inglaterra e no Canadá, existe igualmente o entendimento de que produtos de recolha menstrual são bens essenciais de saúde que devem ser assegurados, sendo inclusivamente distribuídos gratuitamente nas escolas da Nova Escócia e Inglaterra.

Os Açores devem ser pioneiros no país e dar o passo no sentido de providenciar gratuitamente produtos de recolha menstrual.

A menstruação não é uma escolha. A pobreza menstrual não é uma escolha.

A disponibilização gratuita de produtos de recolha menstrual é uma questão de justiça e equidade para as mulheres.

Os Açores devem seguir o exemplo de países que colocaram o combate à desigualdade de género na sua agenda política, sem receios.

Propõe-se, assim, que o reforço do acesso a produtos de recolha menstrual se faça através da sua distribuição gratuita em centros de saúde e em escolas.

É também nestes espaços que devem ser desenvolvidas ações de informação e esclarecimento sobre as várias opções e a sua correta utilização.

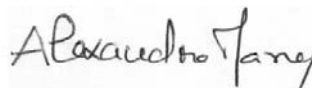
Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores que:

1. Disponibilize o acesso a produtos de recolha menstrual através da sua distribuição gratuita em centros de saúde e em escolas.
2. Implemente ainda medidas para garantir o acesso a estes mesmos produtos a população reclusa e populações mais excluídas socialmente e que, por via dessa exclusão, têm menor contato com as estruturas públicas de saúde.
3. Promova, nomeadamente no âmbito de ações desenvolvidas pelas Unidades de Saúde de Ilha e pela Saúde Escolar, ações de informação e esclarecimento acerca da utilização e variedade dos produtos de recolha menstrual.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Angra do Heroísmo, 12 de abril de 2022